



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Jussiape

segunda-feira, 26 de maio de 2025

Ano I - Edição nº 00076 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Jussiape publica



Praça 9 de Julho | Centro | Jussiape-Ba

pmjequiadapraia.al.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
ED1D954BA9DE26B0A774BDC76963955E

Prefeitura Municipal de Jussiape

SUMÁRIO

- PORTARIA N° 20/2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES EFETIVOS, COMO ABAIXO SE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- PORTARIA N° 21/2025 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO, COMO ABAIXO SE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI N° 03/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
- LEI N° 04/2025 DE DE ABRIL DE 2025. DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PERP N°009/2025.

Prefeitura Municipal de Jussiape

Portaria



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 20/2025

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidores efetivos, como abaixo se especifica, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSIAPE, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Jussiape e,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica por este ato administrativo concedido férias funcionais de 30 dias, em períodos especificados, aos servidores abaixo discriminados:

- 1- **Altenice Rosa de Novaes** – Função: Servente - Matrícula nº 000446 - Ano de referência: 2024 - Período: 06/05/2025 a 06/06/2025;
- 2- **Cleonice Rosa de Jesus Damacena** – Função: Auxiliar de Serviços Gerais – Matrícula nº 001618 – Ano de Referência: 2024 – Período: 05/05/2025 a 05/06/2025.
- 3- **Etenalva Dantas Soares** – Função: Servente – Matrícula nº 001199 – Ano de Referência: 2024 – Período: 12/05/2025 a 10/06/2025;
- 4- **Gildete Pereira Dourado** – Função: Servente – Matrícula nº 000430 – Ano de Referência: 2024 – Período: 19/05/2025 a 19/06/2025.
- 5- **Iranilda Oliveira de Assis Rodrigues** – Função: Merendeira – Matrícula nº 001599 – Ano de Referência: 2024 – Período: 20/05/2025 a 20/06/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Jussiape, Bahia – 26 de maio de 2025.

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

Portaria



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 21/2025

"Dispõe sobre a concessão de licença prêmio, como abaixo se especifica, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSIAPE, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Jussiape,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica por este ato administrativo concedido Licença a título de Prêmio a **Katiane Silva Caires**, servidora efetiva na função de Professora – Matrícula nº 000830 – Quinquênio de Referência: 2000-2005 – Período: 15/05/25 a 15/08/25.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Jussiape, Bahia – 26 de maio de 2025.

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

Lei



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Lei nº 03/2025 de 28 de abril de 2025.

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o Fundo Municipal de Meio Ambiente e outras providências."

O Prefeito Municipal de Jussiape, no Estado da Bahia, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Art 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONEMA, órgão deliberativo, de caráter permanente de âmbito municipal.

Art 2º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente desenvolverá as suas atividades com as atribuições de:

I – Formular as diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II - Propor normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

III - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e materiais, pelo Município, à gestão ambiental;

IV- Decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

V - Atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do município;

VI - Identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

VII - Sugerir a criação de Unidades de Conservação;

VIII - Identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

IX - Decidir sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência e a aplicação de penalidades;

X - Deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando opinar quando solicitado sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;

XI - Acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XII - Acompanhar as reuniões das Câmaras do CONEMA;

XIII - Promover encontros, palestras, seminários e outros eventos sobre temas ligados ao meio ambiente;

XIV- Estabelecer integração com órgãos estaduais, federais.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art. 3º - O CONEMA compõe-se de conselheiros indicados por membros do poder executivo municipal e entidades representativas dos diversos seguimentos da sociedade, determinados pela Legislação Municipal e nomeados por ato do Prefeito Municipal, sendo esta composição com base na Legislação Vigente

Art. 4º - Para o exercício de suas atribuições, o CONEMA fica constituído pelos conselheiros que compõem um plenário, cuja Presidência tem o apoio técnico e administrativo de uma Secretaria Executiva e uma Câmara Técnica. A direção do CONEMA estará a cargo de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Executivo e um Tesoureiro, sendo o Presidente o secretário de meio ambiente do poder público municipal e demais membros da administração serão escolhidos por votação da maioria simples dos Conselheiros presentes na reunião convocada para eleição.

§ 1º - os mandatos do Presidente, Vice-Presidente, Secretário executivo e Tesoureiro terão a duração de 02 (dois) anos podendo haver reeleição.

§ 2º - os cargos eletivos serão restritos aos membros titulares ou suplentes do CONEMA.

Art. 5º - O CONEMA será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a saber:

- I- Secretaria de Agricultura, meio ambiente e turismo;
- II- Secretaria de Assistência Social;
- III- Secretaria de Saúde;
- IV- Secretaria de Educação;
- V- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jussiape;
- VI- Sindicato dos Professores de Jussiape - APLB Jussiape;
- VII- Sindicato dos Funcionários Públicos de Jussiape;
- VIII- Associação de Brigadistas;
- IX- Assoações Comunitárias dos povoados.

Parágrafo Único. As entidades acima indicarão representantes, titulares e suplentes, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º - O mandato dos representantes do Poder Executivo coincidirá com o da administração que representam e o dos demais será de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

§ 1º - Perderá o mandato o conselheiro que deixar de pertencer ao órgão pelo qual foi indicado.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente será exercido sem quaisquer remunerações, constituindo-se, para todos os efeitos, em serviço de relevância para a comunidade.

Art. 7º - A nomeação dos representantes do CONEMA será efetivada pelo Prefeito Atrevés de decreto municipal.

Art. 8º - Num prazo de 90 (noventa) dias, os conselheiros elaborarão e aprovarão um projeto de Regimento Interno, a ser homologado por Decreto pelo Prefeito Municipal.

Capítulo II Do Fundo Municipal de Meio Ambiente-FMMA

Art. 9º - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, destinado a custear a execução da política municipal do setor, formado, entre outros, por recursos provenientes de multas administrativas, condenações judiciais por atos e recursos ambientais, na forma da lei:

Art. 10º - O Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA será constituído pelos seguintes recursos:

- I. Dotações orçamentárias a ele destinadas;
- II. Créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- III. Produto de multas impostas por infração à Legislação Ambiental;
- IV. Produto de licenças ambientais emitidas pelo Município;
- V. Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- VI. Doações de entidades nacionais e internacionais;
- VII. Recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VIII. Preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;
- IX. Rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- X. Indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;
- XI. Compensação financeira ambiental;
- XII. Outras receitas eventuais.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art. 11º - Os recursos orçamentários ou não serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira e tributados mensalmente e informado ao Tribunal de Contas dos Municípios - TCM.

Art. 12º - Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

Art. 13º - O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do meio ambiente no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e suas contas submetidas à apreciação do Conselho e do Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 14º - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não governamentais que visem:

- a) A proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;
- b) O desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;
- c) O treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;
- d) O desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;
- e) O desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente;
- f) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 15º - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

Art. 16º - Fica revogada, na íntegra, a Lei nº 023, de 19 de outubro de 2013.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

§ 1º - A revogação mencionada no *caput* desse artigo implica a nulidade de todos os dispositivos e normas contidas na referida Lei, bem como de quaisquer atos normativos que dela derivem.

§ 2º - A revogação não afetará os direitos adquiridos e as situações já consolidadas sob a vigência da Lei revogada, exceto se expressamente disposto em contrário nesta nova legislação.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá a adequada comunicação e regulamentação necessárias para aplicação das disposições desta nova Lei, garantindo a transição harmoniosa e a continuidade dos serviços públicos afetados.

Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jussiape – Bahia, 28 de abril de 2025.

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

Lei



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Lei nº 04/2025 de 15 de Abril de 2025.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jussiape, no Estado da Bahia, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Inciso II art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2026, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III. das disposições relativas à dívida e ao endividamento Público Municipal;
- IV. definição de montante e forma de utilização da Reserva de Contingência;
- V. disposições sobre a política de pessoal e encargos sociais;
- VI. disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- VII. equilíbrio entre receitas e despesas;
- VIII. critérios e formas de limitação de empenho;
- IX. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- X. condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- XI. autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
 Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

- XII. parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XIII. definição de critérios para início de novos projetos;
- XIV. definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XV. do incentivo a Participação Popular;
- XVI. das disposições gerais.



CAPÍTULO I

Das Metas Fiscais e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2026, especificadas de acordo com os programas estabelecidos no Plano, serão as constantes no Anexo de Metas e Prioridades estabelecidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2026 –2029, que foi elaborado de acordo com as diretrizes do governo, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2026 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária para 2026 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária para 2026 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 3º As metas fiscais anuais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2026, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional, estadual ou municipal e dos parâmetros macroeconômicos utilizados no cálculo da estimativa das receitas e fixação das despesas, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3º O Poder Público, em convergência, com o PPA 2026-2029, terá como prioridade a elevação da qualidade de vida, Gestão democrática e eficiente, Educação inclusiva e equitativa, Atenção integral à saúde, à Proteção social, os direitos humanos, o gênero e cidadania, à

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Infância e juventude, à Cultura e arte, o Esporte e lazer, o Desenvolvimento territorial urbano/rural e proteção do meio ambiente, à Mobilidade urbana e transporte, à Infraestrutura de espaços de uso e convivência, à qualidade de vida e oportunidades, o Desenvolvimento econômico com ênfase nas dimensões do trabalho, emprego e renda, bem como, à segurança pública e cidadania, por meio de ações que visam:

- I. aumentar a capacidade de investimento e promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação, a racionalização e melhoria dos gastos públicos, a alavancagem de recursos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- II. promover a valorização do meio ambiente, como ativo para o desenvolvimento territorial, a partir da identificação e exploração das oportunidades locais, incorporando os princípios da sustentabilidade ambiental e da economia verde;
- III. promover o ordenamento e a gestão ambiental com políticas públicas ambientais, programas e projetos de desenvolvimento de base territorial sustentável;
- IV. promover o desenvolvimento da infraestrutura social básica, criando condições de acesso cada vez mais justo e equilibrado aos bens e serviços, como educação, saúde, saneamento, segurança, cultura e esporte no âmbito do Município;
- V. promover o adensamento e o enraizamento de empreendimentos industriais e agroindustriais, articulando-os às economias de base local;
- VI. desenvolver o planejamento governamental;
- VII. melhorar a qualidade de alocação e gastos dos recursos orçamentários;
- VIII. realizar ações na área social que visem à prevenção contra a prática de atos infracionais de crianças e adolescentes, combate às drogas e recuperação de dependentes químicos;
- IX. promover ações integradas de segurança, saúde e educação, buscando garantir a segurança pública, a redução da criminalidade, a gestão e a execução de políticas de saúde com ações voltadas ao cidadão, universalização da educação com qualidade, acesso para todos, tempo integral, capacitação permanente dos profissionais, combate à evasão escolar, melhoria das estruturas físicas, organizacionais e tecnológicas;
- X. priorizar as ações de saneamento básico;

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
 Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

- XI. promover ações de vigilância em saúde epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador, desenvolvendo ações de proteção, promoção, prevenção, redução e eliminação de riscos à saúde no Município;
- XII. apoiar e fomentar a prática de atividades culturais e esportivas como fator de inclusão social com o objetivo de retirada de crianças e adolescentes do convívio das ruas, onde a utilização de drogas passa a ser o principal atrativo para quem não tem perspectiva de futuro;
- XIII. implantar programas sociais para o desenvolvimento pleno e integral da criança e do adolescente, geração de oportunidades à proteção da juventude e redução da vulnerabilidade social das famílias;
- XIV. apoiar e fomentar a economia solidária, o empreendedorismo e o microcrédito;
- XV. promover a cidadania, combater as situações de desigualdades sociais e ofertar oportunidades à cultura, o esporte e o lazer;
- XVI. ampliar investimentos na melhoria da infraestrutura de equipamentos culturais e esportivos no Município;
- XVII. promover a modernização na gestão, com a desburocratização de sua estrutura organizacional e dos processos de trabalho, visando à melhoria dos serviços públicos em geral com foco na educação, saúde e segurança, a elevação da arrecadação das receitas e a redução dos gastos públicos;
- XVIII. contribuir para a preservação e proteção do patrimônio histórico e cultural;
- XIX. fomentar a inclusão social e o enfrentamento da pobreza em consonância com as políticas públicas federais e estaduais de desenvolvimento social inclusivo, em parceria com outras esferas de governo e com a iniciativa privada;
- XX. ampliar o serviço de assistência técnica e extensão rural de forma integrada, abrangendo serviços produtivos, sociais e lazer na zona rural;
- XXI. implantar política de valorização do servidor com foco no treinamento e formação contínuos e na melhoria da condição de trabalho.

CAPÍTULO II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Seção I

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Das Diretrizes Gerais

Art. 4º. Para efeito desta Lei e elaboração, execução e alteração da Lei Orçamentária Anual, entende-se por:

- I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II. ação orçamentária, como sendo o projeto, a atividade e ou a operação especial;
- III. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- V. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- VI. órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VII. unidade orçamentária, o órgão, entidade ou fundo da Administração Pública Municipal, direta e indireta, a que serão consignadas dotações na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais para a execução das ações integrantes do respectivo Programa de Trabalho;
- VIII. unidade gestora: unidade orçamentária ou administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

- IX. transposição, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão, pelo total ou o saldo;
- X. remanejamento, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- XI. transferência, o deslocamento de recursos no âmbito das categorias econômicas de despesas estabelecida em um programa de trabalho, com vistas a priorizações de gastos;
- XII. reserva de contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte de recursos para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constituindo-se fonte compensatória para a abertura de créditos adicionais;
- XIII. passivos contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública e, se julgadas procedentes, ocasionarão impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos em empréstimos, garantias concedidas em operações de crédito e outros riscos fiscais imprevistos;
- XIV. créditos adicionais, as autorizações de inclusão de programas e ações não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem, o valor original das ações da Lei de Orçamento;
- XV. crédito adicional suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar dotações de ações (projetos, atividades e operações especiais) e a inclusão ou alteração de categoria econômica e de grupo de natureza da despesa em projeto, atividade ou operação especial constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XVI. crédito adicional especial, as autorizações que visam à inclusão de novos programas e ações (projetos, atividades e operações especiais), mediante lei específica, não computada na Lei Orçamentária;
- XVII. crédito adicional extraordinário: as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo Municipal e posterior comunicação ao Legislativo,

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

- XVIII. quadro de detalhamento da despesa (QDD): instrumento que detalha, operacionalmente, ações (projetos, atividades e operações especiais) constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos, constituindo-se em ferramenta de execução orçamentária e gerência;
- XIX. alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou alteração de grupo de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas e ou fontes de recursos, dentro do mesmo de aplicação, sem alterar o valor global do projeto, atividade ou operação especial;

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº. 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

Art. 5º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos e fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Órgão Central de Contabilidade do Município.

Art. 7º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I. mensagem
- II. texto da lei;
- III. documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/64;
- IV. quadros orçamentários consolidados;
- V. anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

despesa na forma definida nesta Lei;

- VI. demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos;

- I. Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art.2º, inciso IV da Lei Complementar Nº. 101/2000;
- II. Demonstrativos dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato de Disposições Constituição Transitórias;
- III. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional Nº. 108/2020 e a Lei Nº. 14113/2020 e suas alterações;
- IV. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento no disposto da Emenda Constitucional nº.29/2000;
- V. Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art.169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº101/2000.

Art.8º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2026 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2025, projetados ao exercício a que se refere, podendo ter seus valores atualizados no momento de sua elaboração.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art.9º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. Na Elaboração da Proposta Orçamentária os valores lançados nos estudos e estimativas das Receitas, poderão sofrer alterações desde que procede a retificação dos demonstrativos encaminhados aos órgãos e a devida justificativa.

Art.10. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 20 de julho de 2025, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art.11. Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

- I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
- III. dotações para pessoal e seus encargos;
- IV. serviço da dívida;
- V. sejam relacionadas:
 - a. com correção de erros ou omissões, ou
 - b. como os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão conter:

- I. Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais e o montante das despesas que serão acrescidas;
- II. Indicação expressa e quantificação, quando couber, das ações que forem incluídas ou alteradas nos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

- I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, comprovação que não inviabilizará operacionalmente as ações da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 3º A inobservância de quaisquer dos requisitos referidos neste artigo determinará o arquivamento da emenda.

Art. 12. Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, de forma a evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;
- II. incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art.13. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art.100 da Constituição Federal.

§ 1º. O órgão responsável pelo Setor Jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2025, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina o art. 100, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 94/2016, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa.

§ 2º. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I. Precatórios de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave,
- II. Os demais precatórios de natureza alimentícia,
- III. Precatórios de natureza não alimentícia, parcelado ou não, vedado o comprometimento mensal superior a 1% (um por cento) do Fundo de

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
 Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Participação do Município;

IV. Precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse.

§3º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

§4º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

§5º. A classificação das naturezas da receita poderá ser detalhada para atendimento às peculiaridades ou necessidades gerenciais da Administração Pública Municipal no atendimento ao plano de contas estabelecidas pelo MCASP.

Seção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art.14. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução Nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art.15. Na lei orçamentária para o exercício de 2026 as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art.16. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº101/2000 e na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Art.17. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº. 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº.43/2001 do Senado Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo e Legislativo poderão no decurso do exercício financeiro, mediante decreto do Executivo, alterar o QDD para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitando, os valores das respectivas categorias econômicas até a modalidade de aplicação, estabelecidos da Lei Orçamentária ou em Créditos Suplementares regularmente abertos.

Seção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art.18. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2026, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Parágrafo único. Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, casos estes não se concretizem até o dia 02 de Outubro de 2026, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tenham se tornados insuficientes.

CAPÍTULO III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Seção I

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art.19. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2026 às despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art.20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2026, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais.

Art.21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e ajusta distribuição de renda.

Art.22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº.101/2000.

Art.23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

§1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2026.

§2º. No caso de não aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art.24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2026 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas fiscais, constante desta Lei.

Art.25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2026 deverão estar acompanhados de demonstrativos discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2025 a 2026, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesas em que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I. para elevação das receitas:
 - a. a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
 - b. atualização e informatização do cadastro imobiliário;

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

- c. chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.
- II. para redução das despesas:
 - a. utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
 - b. revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

CAPÍTULO VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art.27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do §1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000 o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2026, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I. as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II. as despesas com benefícios previdenciários;
- III. as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV. as despesas com PASEP;
- V. as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI. as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

§3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

CAPÍTULO VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas

Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art.28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art.29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§1º A Lei orçamentária de 2026 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§2º. Merecerá desta que o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

CAPÍTULO VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art.30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I. às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II. às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III. às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2026 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art.31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

- I. de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- II. associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art.32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções econômicas para entidades privadas, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art.33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art.34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos neste capítulo, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art.35. As transferências de recursos às entidades previstas neste capítulo deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular como Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art.36. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art.37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária anual e seus créditos adicionais, como também o limite da Emenda Constitucional nº 58.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art.167, inciso VI da Constituição da República.

CAPÍTULO IX

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art.38. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da celebração de convênio, o qual conterá o respectivo plano de trabalho, de acordo com o art. 116 da Lei nº. 8.666/1993.

CAPÍTULO X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art.39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2026, as metas bimestrais de arrecadação a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 13º e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000, após revisão da metodologia de cálculo para o exercício 2025.

§1º. A Câmara Municipal deverá encaminhar a Programação de Desembolso Mensal para o exercício de 2026 ao Poder Executivo até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2026. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, consolidará e elaborará a programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

§2º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO XI

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art.40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2026 e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I. estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
- II. as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III. estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV. os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2026, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2025.

CAPÍTULO XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.41. Para fins do disposto no §3º do art.16 da Lei Complementar nº. 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

CAPÍTULO XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Prefeitura Municipal de Jussiape

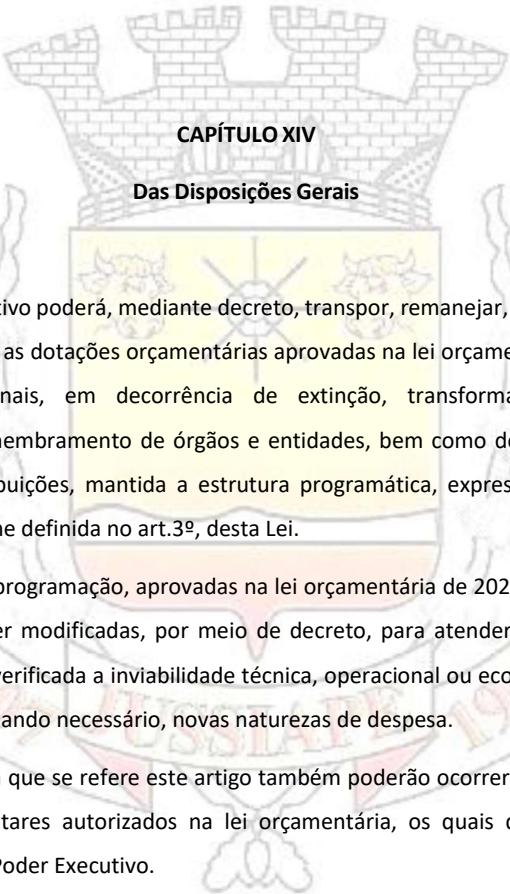


Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art.42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2026, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art.43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas nos termos da legislação em vigor.



Art.44. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2026 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art.3º, desta Lei.

§1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2026 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art.45. Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária, serão publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa—QDD relativos aos Programas de Trabalho Integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§1º. As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e por Fonte de Recurso.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

§2º. Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDD deverão discriminar os projetos e atividades consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificadamente a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recurso.

§3º. O QDD do Poder Executivo e do Poder Legislativo poderá ser alterado no decurso do exercício financeiro, mediante decreto do Executivo, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitando, sempre, os valores das respectivas categorias econômicas até a modalidade de aplicação, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em Créditos Suplementares regularmente abertos.

§4º. Fica permitida a inclusão da natureza da despesa desde que preexistente a classificação econômica, e desde que não haja alteração do valor total do projeto e/ou atividade.

Art.46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº.4.320/1964 e da Constituição da República.

§1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art.47. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos.

Art.48. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, §2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº. 4.320/1964.

Art.49. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Poderá o executivo proceder à correção do valor da proposta orçamentária no período de Agosto a Dezembro de 2025 tendo como base o Índice IGPM, substituindo assim o projeto na Casa Legislativa.

Art.50. Se o projeto de lei orçamentária de 2026 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. benefícios previdenciários;
- III. amortização, juros e encargos da dívida;
- IV. PIS-PASEP;
- V. demais despesas correntes que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
- VI. outras despesas correntes.

§1º. As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2026, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2026 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art.51. Em atendimento ao disposto no art.4º, §§1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101/2000 integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo de Metas Fiscais;
- II. Anexo de Riscos Fiscais.

Art.52. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e desta lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Crédito Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Art.53. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios, contratos de repasses e outros instrumentos congêneres necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual, com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art.54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jussiape, em 15 de Abril de 2025.

JOSE SANTOS
LUZ:11222913534
JOSÉ SANTOS LUZ
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por JOSE SANTOS
DNI:11222913534
DNB:ICP-Brasil, ou -Certificado Digital PI-A3;
ou Presencial, ou-45016309000149 ou-AC SynthesisID
MaiorPIA, ou-JOSÉ SANTOS LUZ;11222913534
Data: 2025/04/11 17:32:37 -03:00



Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

ANEXO DE METAS FISCAIS

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no §1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento para o exercício de 2026.

Tem por objetivo estabelecer as metas fiscais em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, e ao montante da dívida do Município, para o exercício de 2026.

As metas fiscais para o exercício de 2026 estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores decorrem da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizada para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado no setor contábil do Município.

1. METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

As metas relativas à receita para 2026 estão consolidadas em nível de Município.

Critérios e premissas utilizadas:

- Planejamento de incremento na arrecadação tributária de 2026, com incremento da fiscalização fazendária;
- Planejamento de no Exercício 2026 efetivar cobrança da Dívida Ativa;
- Projeção dos efeitos inflacionários estimados com base na variação do índice de preços;

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

— Demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, destacando-se os principais itens:

- a. impostos;
- b. contribuições sociais;
- c. taxas;
- d. concessões sociais.

I. Dentre as medidas de compensação poderão ser adotadas as seguintes:

- Atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- Revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- Ampliação da utilização da Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas.

II. A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2. METAS RELATIVAS ÀS DESPESAS

A projeção das metas financeiras de despesa para os exercícios subsequentes decorre da estimativa da receita total para cada ano destinada à geração de resultado nominal positivo.

Critérios e premissas utilizadas:

- I. no valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para fazer frente à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa e às novas despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.00;
- II. gastos, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde,

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

saneamento, transportes e irrigação, conforme informações dos órgãos com indicação dos critérios utilizados;

- III. despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, programada para 2026, com indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação á receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.2000;
- IV. recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição Federal;
- V. detalhamento dos principais custos médios utilizados na elaboração do orçamento, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;
- VI. programação orçamentária, detalhada por operações especiais, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jussiape, em 15 de Abril de 2025.

JOSE SANTOS
LUZ:11222913534

JOSÉ SANTOS LUZ

Prefeito Municipal

Assinatura digitalizada pelo Poder Executivo Luz: 1222913534
Data: 2025-04-15 17:33:09-03:00
Assinante: JOSE SANTOS LUZ
CPF: 11222913534
RG: 0000000000000000
Município: JUSSIAPE
UF: BA
Cidade: JUSSIAPE
Data de emissão: 2025-04-15 17:33:09-03:00

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

ART. 4º - LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

§ 1º— METAS ANUAIS, RELATIVAS À RECEITA, DESPESA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA (VALORES CORRENTES E CONSTANTE);

§ 2º:

I— AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR;

II – MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO;

III – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO; DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;

§3º – ANEXOS DE RISCOS FISCAIS.

CRITÉRIOS PARA PROJEÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÍVIDA PÚBLICA:

1. Foi considerado para Receita e Despesa, o crescimento do PIB do Estado, ajuste nas despesas e receitas e de previsão de convênios federais e estaduais, advindos de projetos que a Administração Municipal pretende receber, isso para o ano de 2026, e para exercícios seguinte, projeta-se o crescimento vegetativo da folha de pagamento mais o inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
2. Os valores apontados nos referidos Anexos não definem limites para elaboração da Lei Orçamentária Anual.
3. Os referidos valores estão consolidados, excluindo as duplicidades, como o cálculo do Resultado Primário e Nominal de acordo com a LRF.
4. Foi considerado para a dívida pública municipal provável ações como diminuição de despesas com futuros investimentos através de recursos próprios, bem como alguns ajustes na folha de pagamento do pessoal. A priori, nossa dívida representa um percentual muito abaixo da nossa capacidade de endividamento.
- 5.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

(Artigo 4º, §2º, inciso I, da Lei Complementar nº. 101/2000)

A elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2026 observou o princípio do equilíbrio, ou seja, a receita prevista apresentou o mesmo montante da despesa fixada.

Para o exercício financeiro de 2026, foram introduzidas metas de superávit nominal e primário, com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, garantindo o crescimento sustentado e a estabilidade monetária.

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS, MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

(Artigo 4º, §2º, inciso II, da Lei Complementar nº. 101/2000)

As metas fiscais para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, levaram em consideração as variáveis macroeconômicas projetadas pelo Governo Federal para crescimento real do PIB e da inflação.

As receitas foram projetadas levando-se em conta, além dos índices estabelecidos pela LDO Federal, o crescimento demográfico e da atividade econômica do município e ainda o projeto de modernização da administração tributária, que fará com que o Município tenha uma elevação de suas receitas próprias.

Quanto ao desempenho nas receitas oriundas de Convênios junto à esfera Estadual e Federal, para o exercício de 2026, estamos estruturando junto aos órgãos para que sejam liberados todos os projetos pleiteados.

A meta proposta para 2026 será aprimoramento regime fiscal do Município, através de estudos e propostas para realização de mudanças estruturais e institucionais que visam dar forma adequada às decisões, procedimentos e práticas fiscais do futuro.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Para os próximos anos, as metas a serem definidas deverão ter resultados bastante significativos, especialmente com a manutenção do esforço fiscal, traduzindo na obtenção de superávits que permitem o pagamento da dívida de curto prazo – Restos a Pagar e, consequentemente, a estabilização da dívida pública municipal e a retomada da capacidade de investimentos do Município.

Como base de cálculo para a previsão de receitas, a fixação de despesas e a proposta de resultado nominal e primário positivo, foram consideradas as receitas efetivamente arrecadadas nos exercícios financeiros de 2023 e 2024, a orçada de 2025 e a tendência do exercício e as possíveis alterações na política tributária.

RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
(Artigo 4º, §3º, da Lei Complementar nº. 101/2000)

O nosso município, a exemplo do que ocorre com a grande maioria dos municípios brasileiros, não possui indicadores substanciais que sirvam de subsídios para uma projeção de crescimento econômico confiável. Informações como o Produto Interno Bruto - PIB, Renda Per Capta e outros dados dessa natureza, por não possuírem estudos e levantamentos no âmbito municipal, são substituídos pelos índices do Governo Federal. As atuais projeções de metas e riscos fiscais tiveram como parâmetro geral os indicadores de crescimento projetados pela União adicionando-se as previsões internas, particulares e relacionadas à política de gestão da Administração Municipal.

Os passivos contingentes são decorrentes de Demandas Judiciais contra o Município, Dívidas em Processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas, Assunção de Passivos, Assistências Diversas, que incluem Calamidades Públicas e Epidemias e Outros Passivos Contingentes. Temos como Demais Riscos Fiscais Passivos: Frustação de Arrecadação, Restituição de Tributos a Maior, Discrepância das Projeções, tais como Aumento do Salário Mínimo, Despesas de Pessoal e Encargos, Taxa de Juros e Taxa de Inflação e Outros Riscos Fiscais.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, dentre outros casos:

- a. Frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;
- b. Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- c. Discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- d. Discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- e. Ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem da Administração ações emergenciais, com consequente aumento de despesas.

Sob o ponto de vista fiscal, as obrigações explícitas contingentes (ou passivos contingentes) decorrem de compromissos firmados pela Administração em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento. Tais eventos futuros não estão totalmente sob o controle da Administração e podem ou não ocorrer. Como a probabilidade de ocorrência do evento e a magnitude da despesa resultante dependem de condições externas, a estimativa desses passivos é, muitas vezes, difícil e imprecisa, podendo sofrer alterações durante a execução orçamentária e financeira do Município.

Prefeitura Municipal de Jussiape



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
Praça 09 de Julho, s/nº, Centro - CNPJ: 13.674.148/0001-53
Gabinete do Prefeito

Gabinete do Prefeito Municipal de Jussiape, em 15 de Abril de 2025.

JOSE SANTOS
LUZ:11222913534
JOSÉ SANTOS LUZ

Assinado de forma digital por JOSE SANTOS LUZ 11222913534
Assinado de forma digital por JOSE SANTOS LUZ ou "Certificado Digital PF A3 ou -Presencial,
ou -Assinado digitalmente ou -Assinado digitalmente por JOSE
SANTOS LUZ 11222913534
Dados: 2025.04.11 17:53:34 01:00"

Prefeito Municipal



Praça 9 de Julho | Centro | Jussiape-Ba
pmjequiadapraia.al.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
8143450DB95D9686C814C30174A4BA3C

Prefeitura Municipal de Jussiape

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
 LEI DE BUDGETARIA ORÇAMENTARIAIS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2026

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO										R\$ 1,00	
Receita Total (EXCETO FONTES RPSS)	56.534.056,70	54.099.575,79	0,01	127,33	58.795.418,97	54.099.575,79	0,01	127,33	61.017.885,80	54.103.463,21	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPSS) (I)	56.640.166,74	53.626.953,82	0,01	126,22	58.281.73,34	53.626.953,82	0,01	126,22	60.484.874,44	53.630.807,27	
54.012.405,84	51.686,51,77	0,01	121,65	56.172.90,07	51.686,51,77	0,01	121,65	58.296.237,79	51.690.226,79	0,01	
Receitas Primárias Correntes	1.298.580,00	0,00	3,06	1.411.296,74	1.298.580,00	0,00	3,06	1.464.643,76	1.298.673,31	0,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.357.016,10	1.298.580,00	0,01	118,54	54.736.415,14	50.364.754,45	0,01	118,54	56.805,451,63	50.368.373,50	0,01
Transferências Correntes	52.631.168,40	50.364.754,45	0,01	0,05	25.190,19	23.178,32	0,00	0,05	26.142,38	23.179,98	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	24.221,34	23.178,32	0,00	4,57	2.108.873,34	1.940.441,05	0,00	4,57	2.188.586,67	1.940.580,49	0,00
Receitas Primárias de Capital	2.027.760,90	1.940.441,05	0,00	127,33	58.795.418,97	54.099.575,79	0,01	127,33	61.017.885,80	54.103.463,21	0,01
Despesa Total (EXCETO FONTES RPSS)	56.534.056,70	54.099.575,79	0,01	122,72	52.140.314,74	56.666.094,06	0,01	122,72	52.144.061,37	50,00	122,72
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPSS) (II)	54.486.628,90	52.140.314,74	0,01	115,93	53.532.390,91	49.256.892,63	0,01	115,93	55.555.915,29	49.260.432,07	0,01
Despesas Primárias Correntes	51.473.452,80	49.256.892,63	0,01	66,07	30.508.123,36	28.071.515,79	0,01	66,07	31.661.330,42	28.073.532,92	0,01
Pessoal e Encargos Sociais	29.331.734,00	28.071.515,79	0,01	49,86	23.024.267,55	21.185.376,84	0,00	49,86	23.894.584,87	21.186.899,15	0,00
Outras Despesas Correntes	22.138.178,80	21.185.376,84	0,00	6,79	3.133,70,14	2.883,42,11	0,00	6,79	3.252,157,12	2.883,629,30	0,00
Despesas Primárias de Capital	3.013,176,10	2.883,42,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,79
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPSS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPSS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPSS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPSS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (SOM RPSS) - Acréscimo da Linha V = (I - II)	1.553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SOM RPSS) - Acréscimo da Linha VI = (V) - (VI - IV)	1.553,537,84	1.486,639,08	0,00	3,50	1.615,679,35	1.486,639,08	0,00	3,50	1.676,752,03	1.486,745,91	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPSS)	1.553,537,84	1.486,639,08	0,00	3,50	1.615,679,35	1.486,639,08	0,00	3,50	1.676,752,03	1.486,745,91	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPSS)	36.838,00	35.252,553,54	0,01	82,97	38.312,75,19	35.252,553,54	0,01	82,97	39.760,686,67	35.255,086,67	0,01
Divida Pública Consolidada Líquida (DCL)	37.419,502,11	35.808,135,99	0,01	84,28	38.916,282,19	35.808,135,99	0,01	84,28	40.387,317,66	35.810,709,05	0,01
Resultado Nominal (SOM RPSS) - Abaixo da linha	433.340,82	414.680,21	0,00	0,98	450.674,45	414.680,21	0,00	0,98	467.709,95	414.710,01	0,00

FONTE: Arquivos Públicos Municipais 1.0x - 2025. Relatório de Mercado Banco Central - Foco Relatório de Mercado PIBA e IBGE. Estimativas do mercado pela Agência Brasil em 14/2025.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPSS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e outras financeiras de RPSS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros

Parâmetros

Varáveis

Varáveis

PIB Real (crescimento anual %)

Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial da inflação

Projeto do PIB do Estado

Receita Corrente Líquida

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2025

Valor Corrente/1045

2027

Valor Corrente/10868

2028

Valor Corrente/11278

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB (b)	% RCL (c)	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB (d)	% RCL (e)	Variação	
							% (c/a) x 100 (e) = (b-a)	% (c/a) x 100 (e/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	45.019.000,00	0,01%	1,19	38.994.645,63	0,01%	1,03	-6,024,354,37	-1338,18%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	44.550.000,00	0,01%	1,17	38.793.573,46	0,01%	1,02	-5,756,426,54	-1292,15%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	45.019.000,00	0,01%	1,19	40.024.084,03	0,01%	1,06	-4.994.915,97	-1109,51%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	43.476.000,00	0,01%	1,15	38.286.508,80	0,01%	1,01	-5.189.491,20	-1193,65%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00%	-	0,00	0,00%	-	0,00	#DIV/0!
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00%	-	0,00	0,00%	-	0,00	#DIV/0!
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00%	-	0,00	0,00%	-	0,00	#DIV/0!
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00%	-	0,00	0,00%	-	0,00	#DIV/0!
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	1.074.000,00	0,03	-	507.064,66	0,00%	0,01	-566.935,34	-5278,73%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	1.074.000,00	0,00%	0,03	507.064,66	0,00%	0,01	-566.935,34	-5278,73%
Divida Pública Consolidada (DC)	32.059.292,00	0,01%	0,85	40.932.131,61	0,01%	1,08	8.872.839,61	2767,63%
Divida Consolidada Líquida (DCL)	30.735.332,00	0,01%	0,81	39.388.949,59	0,01%	1,04	8.653.617,59	2815,53%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.277.278,00	0,00%	0,03	-8.653.617,59	0,00%	-0,23	-9.930.895,59	-77750,46%
FONTE: Arquivos Públicos Municipais, LOA 2025, Publicações RREO e RGF, Relatórios de mercado Banco Central - Focus Relatório de Mercado, IPEA e IBGE. Estimativas do mercado pela Agência Brasil em 04/2025.								
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.								
NOTA: Valores da Divida Consolidada e Divida Consolidada Líquida de 2023, não foram informados, pois até a data de elaboração da LDO o Balanço 2023 não foi encerrado.								
R\$ 1,00								
ESPECIFICAÇÃO								
Previsão do Pib Estadual 2024								
Valor Efetivo do Pib Estadual 2024								
Receita Corrente Líquida 2024								
R\$ 1,00								
Parâmetros								
PIB nominal								
Receita Corrente Líquida - RCL								
Valor Previsto 2024								
Valor Realizado 2024								
R\$ 1,00								

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXÉRCITOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXÉRCITOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo 3 (I-RF, art. 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025			VALORES A PREÇOS CORRENTES			2027			2028				
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%		
Receita Total (EXCETO FONTES RPFS)	34.108.089,00	38.994.645,63	114,33%	54.617.000,00	140,06%	56.534.056,70	103,51%	58.795,418,70	104,00%	61.017.885,80	103,78%	60.384.824,44	103,78%	58.281.713,41	104,00%	61.017.885,80	103,78%	60.384.824,44	103,78%	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPFS) (I)	33.887.452,00	38.793.573,46	114,48%	53.075.000,00	139,08%	56.040.166,74	103,86%	58.795,418,70	104,00%	61.017.885,80	103,78%	58.281.713,41	104,00%	61.017.885,80	103,78%	58.281.713,41	104,00%	61.017.885,80	103,78%	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPFS) (II)	34.549.885,00	40.024.084,03	115,84%	54.617.000,00	136,46%	56.534.056,70	103,51%	54.486.628,90	104,00%	56.666.094,43	103,78%	58.808.072,41	103,78%	58.795,418,97	104,00%	58.808.072,41	103,78%	58.795,418,97	104,00%	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPFS) (III)	33.144.566,00	38.280.508,80	115,51%	52,76	100,00	137,81%	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPFS)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Receitas Primárias (COM FONTES RPFS) (III)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPFS)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Despesas Primárias (COM FONTES RPFS) (IV)	742.886,00	507.064,66	68,26%	1.194.000,00	235,47%	1.553.537,84	30,11%	1.615.679,35	104,00%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	
Resultado Primário (SEM RPFS) - Acima da Linha (V) – (I – II)	742.886,00	507.064,66	68,26%	1.194.000,00	235,47%	1.553.537,84	30,11%	1.615.679,35	104,00%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	1.676.752,03	103,78%	
Resultado Primário (SEM RPFS) - Acima da Linha (VI) – (V) + (III – IV)	30.888.614,00	40.932.131,61	132,52%	27.798.752,60	67,92%	26.409.764,97	95,00%	25.089.276,72	95,00%	23.334.812,89	95,00%	23.334.812,89	95,00%	23.334.812,89	95,00%	23.334.812,89	95,00%	23.334.812,89	95,00%	
Dívida Pública Consolidada (DC)	29.458.053,00	39.388.495,59	133,71%	26.512.247,70	67,31%	25.186.635,52	95,00%	25.912.303,55	95,00%	22.307.390,38	95,00%	22.307.390,38	95,00%	22.307.390,38	95,00%	22.307.390,38	95,00%	22.307.390,38	95,00%	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Resultado Nominal (SEM RPFS) - Abaixo da Linha	554.303,00	-9.910.896,59	-17.911.609%	12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	2030	%	2031	%	2032	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPFS)	39.111.745,66	42.742.631,08	169,28%	54.617.000,00	127,78%	51.208.384,69	93,76%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPFS) (I)	38.858.741,21	42.521.635,87	109,43%	53.075.000,00	126,89%	50.761.020,60	94,08%	50.759.252,23	100,00%	50.759.252,23	100,00%	50.759.252,23	100,00%	50.759.252,23	100,00%	50.759.252,23	100,00%	50.759.252,23	100,00%	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPFS)	39.618.318,73	43.370.398,51	110,73%	54.617.000,00	124,56%	51.208.384,69	93,76%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	51.206.600,74	100,00%	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPFS) (II)	38.006.873,83	41.965.842,30	110,42%	52,76	100,00	125,72%	49.353.830,53	93,54%	49.352.111,18	100,00%	49.352.111,18	100,00%	49.352.111,18	100,00%	49.352.111,18	100,00%	49.352.111,18	100,00%	49.352.111,18	100,00%
Receita Total (COM FONTES RPFS)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Receitas Primárias (COM FONTES RPFS) (III)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPFS)	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	
Despesas Primárias (COM FONTES RPFS) (IV)	851.867,38	555.793,57	65,24%	1.194.000,00	214,83%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	
Resultado Primário (SEM RPFS) - Acima da Linha (V) – (I – II)	851.867,38	555.793,57	65,24%	1.194.000,00	214,83%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	1.407.190,07	117,86%	
Resultado Primário (SEM RPFS) - Acima da Linha (VI) – (V) + (III – IV)	35.419.973,67	44.365.094,66	126,67%	27.798.752,60	61,96%	23.921.888,56	86,05%	21.850.963,88	91,34%	20.002.360,60	91,34%	19.075.980,51	91,34%	18.113.968,43	91,34%	17.183.946,09	91,34%	16.253.923,86	91,34%	
Dívida Pública Consolidada (DC)	33.779.549,38	43.174.227,65	127,81%	26.512.247,70	61,41%	22.813.981,26	86,05%	20.838.968,43	91,34%	19.075.980,51	91,34%	18.113.968,43	91,34%	17.183.946,09	91,34%	16.253.923,86	91,34%	15.323.890,58	91,34%	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	635.619,25	-10.388.255,75	-171,54%	-12.876.510,89	-118,29%	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89	-12.876.510,89		
FONTE: Anuários Públicos Municipais / LOA / S. P. Publicações RFFG / Relatório de Mercado IPEA e BRF. Estimativas desenhadas pela LojaNet Brasil em 14/2025.																				
NOTA: A elaboração desse documento deve seguir a metodologia de cálculo das variações com as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo da Linha. Também não devem ser considerados as divisões disponibilizadas de cálculos financeiros do RPPS no cálculo anexo da Linha.																				

NOTA: A elaboração desse documento deve seguir a metodologia de cálculo da Linha. Também não devem ser considerados as divisões disponibilizadas de cálculos financeiros do RPPS no cálculo anexo da Linha.

* Projeção de acordo com o Banco Central do Brasil.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2023 Valor Corrente 1.1487

2024 Valor Corrente 1.0951

2025 Valor Corrente 1.1482

2026 Valor Corrente 1.1480

2027 Valor Corrente 1.1482

2028 Valor Corrente 1.1486

2029 Valor Corrente 1.1487

2030 Valor Corrente 1.1487

2031 Valor Corrente 1.1487

2032 Valor Corrente 1.1487

2033 Valor Corrente 1.1487

2034 Valor Corrente 1.1487

2035 Valor Corrente 1.1487

2036 Valor Corrente 1.1487

2037 Valor Corrente 1.1487

2038 Valor Corrente 1.1487

2039 Valor Corrente 1.1487

2040 Valor Corrente 1.1487

2041 Valor Corrente 1.1487

2042 Valor Corrente 1.1487

2043 Valor Corrente 1.1487

2044 Valor Corrente 1.1487

2045 Valor Corrente 1.1487

2046 Valor Corrente 1.1487

2047 Valor Corrente 1.1487

2048 Valor Corrente 1.1487

2049 Valor Corrente 1.1487

2050 Valor Corrente 1.1487

2051 Valor Corrente 1.1487

2052 Valor Corrente 1.1487

2053 Valor Corrente 1.1487

2054 Valor Corrente 1.1487

2055 Valor Corrente 1.1487

2056 Valor Corrente 1.1487

2057 Valor Corrente 1.1487

2058 Valor Corrente 1.1487

2059 Valor Corrente 1.1487

2060 Valor Corrente 1.1487

2061 Valor Corrente 1.1487

2062 Valor Corrente 1.1487

2063 Valor Corrente 1.1487

2064 Valor Corrente 1.1487

2065 Valor Corrente 1.1487

2066 Valor Corrente 1.1487

2067 Valor Corrente 1.1487

2068 Valor Corrente 1.1487

2069 Valor Corrente 1.1487

2070 Valor Corrente 1.1487

2071 Valor Corrente 1.1487

2072 Valor Corrente 1.1487

2073 Valor Corrente 1.1487

2074 Valor Corrente 1.1487

2075 Valor Corrente 1.1487

2076 Valor Corrente 1.1487

2077 Valor Corrente 1.1487

2078 Valor Corrente 1.1487

2079 Valor Corrente 1.1487

2080 Valor Corrente 1.1487

2081 Valor Corrente 1.1487

2082 Valor Corrente 1.1487

2083 Valor Corrente 1.1487

2084 Valor Corrente 1.1487

Prefeitura Municipal de Jussiape

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2024	%	2023	%	2022	R\$ 1,00	%
Patrimônio/Capital								
Reservas								
Resultado Acumulado	-15.894.366,75	100,00%		11.489.521,88	100,00%	-6.104.848,00	100,00%	
TOTAL	-15.894.366,75	100,00%		11.489.521,88	100,00%	-6.104.848,00	100,00%	
REGIME PREVIDENCIÁRIO								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2024	%	2023	%	2022	% R\$ 1,00	
Patrimônio								
Reservas								
Lucros ou Prejuízos Acumulados								
TOTAL	0,00	0,00%		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

FONTE: Arquivos Públicos Municipais/Balanços 2022, 2023, 2024, 11/01/2025.

Nota: O município não possui regime próprio de previdência

Nota: Até a data de elaboração da LDO 2025, o Balanço do Exercício de 2024 do município não havia sido encerrado.

JOSE SANTOS LUZ:11222913534

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

Tabela 5- DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

NAME Demonstrative & IDE set 40 200 points III)

						RS 1,00	
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)							
RECEITAS REALIZADAS							
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)							
Alienação de Bens Móveis		2024 (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis			0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Intangíveis			0,00	0,00	0,00	0,00	
Rendimentos de Aplicações Financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS EXECUTADAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
DESPESAS DE CAPITAL							
Investimentos		2024 (d)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inversões Financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida			0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA							
Regime Geral de Previdência Social			0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO							
VALOR (III)		2024 (g) = ((Ia - IIa) + IIih)	0,00	2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	0,00	2022 (i) = (Ic - IIf)	0,00

Fonte: Publicações RREO e RGF, LDO 2025.

Nota : O município não possui regime próprio de previdência

Nota : O município não possui regime próprio de previdência.

José Santos Luz
Prefeito Municipal

JOSE SANTOS

Praça 9 de Julho | Centro | Jussiape-Ba
pmiequiadapraia.al.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Jussiape

AMF/Tabela 6- DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPÉ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF- art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			RS 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES -RPPS			
	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)			
- RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios			
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO- FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV-V)²			
	2022	2023	2024
VALOR			
	2022	2023	2024
VALOR			
	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
	2022	2023	2024
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII+VIII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios			

Praça 9 de Julho | Centro | Jussiape-Ba

pmjequiadapraia.al.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Jussiape

Aposentadorias				
Pensões por Morte				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Financeira entre os Regimes				
Demais Despesas Previdenciárias				
RESULTADO PREVIDENCIARIO- FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) (IX – X)²				
	2022	2023	2024	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
	2022	2023	2024	
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Investimentos e Aplicações				
Outro Bens e Direitos				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024	
Receitas Correntes				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				
RPPS	2022	2023	2024	
Despesas Correntes (XIII)				
Pessoal e Encargos Sociais				
Demais Despesas Correntes				
Despesas de Capital (XIV)				
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²				
- ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024	
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Investimentos e Aplicações				
Outro Bens e Direitos				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024	
Contribuições dos Servidores				
Demais Receitas Previdenciárias				
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)				
	2022	2023	2024	
Aposentadorias				
Pensões				
Outras Despesas Previdenciárias				
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Arquivos Públicos Municipais.

Nota: Município não possui regime próprio de previdência

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a doação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

JOSE SANTOS LUZ:11222913534

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

ANEXO Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

ESI IMAHIVAE E COMI ENSAVÃO DA RENUNCIA DE NECELLIA

2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Praça 9 de Julho | Centro | Jussiape-Ba
pmjciocuidadopreto.al.inmbrcil.org.br

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)				R\$ 1,00	
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	COMPENSAÇÃO	
			2026	2027	2028
TOTAL					-

Nota: O município não tem lei específica acerca da renúncia de receita

JOSÉ SÁNIOS
LUZ:1122291353

José Santos Luz
Prefeito Municipal

TI: BR, CIP: 81.04.309-0149, ou Certificado Digital P7 A3, ou Presencial
AC: SyngentaID Multiple, CN: JOSE SANTOS
Data: 2025/04/11 17:36:49 -03:00

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiápe

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIÁPE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2026

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	
(+) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
<u>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</u>	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
<u>Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)</u>	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
<u>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</u>	0,00

FONTE: Arquivos Públicos Municipais.

JOSE SANTOS
LUZ:11222913534

Ativado na Página 01 por JOSE SANTOS LUZ:11222913534
Data: 24/05/2025 10:27:45
Assinado digitalmente no sistema e-Sign da Serasa Experian
com Provação com 45% de segurança. Cód.: C_SignID
Método: e-Sign ID: 5409000749_SerC_SignID
Data: 24/05/2025 10:27:45-0300

José Santos Luz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jussiape

Pregão Eletrônico



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JUSSIAPE
União, respeito e trabalho

AVISO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Jussiape/Bahia.

Empresas vencedoras valor total: R\$ 991.791,87 (novecentos e noventa e um mil e setecentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos): DOC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA (57836642000142) com os lotes: 6 no valor total de R\$ 80.753,36 (oitenta mil e setecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos). MEDISIL MEDICAMENTOS LTDA (96827563000127) com os lotes: 2, 5 no valor total de R\$ 258.854,00 (duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais). OKEY MED DIST. MED. HOSP. ODONT. LTDA (11311773000105) com os lotes: 1, 3, 4 no valor total de R\$ 652.184,51 (seiscentos e cinquenta e dois mil e cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

JUSSIAPE (BA), 26 de maio de 2025

ACASSIO KENEDY ROSARIO DOS SANTOS
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Jussiape



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JUSSIAPE
União, respeito e trabalho

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2025

Processo Adm.: Nº 102/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Jussiape/Bahia.

Empresas vencedoras valor total: R\$ 991.791,87 (novecentos e noventa e um mil e setecentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos): DOC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA (57836642000142) com os lotes: 6 no valor total de R\$ 80.753,36 (oitenta mil e setecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos). MEDISIL MEDICAMENTOS LTDA (96827563000127) com os lotes: 2, 5 no valor total de R\$ 258.854,00 (duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais). OKEY MED DIST. MED. HOSP. ODONT. LTDA (11311773000105) com os lotes: 1, 3, 4 no valor total de R\$ 652.184,51 (seiscentos e cinquenta e dois mil e cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE JUSSIAPE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

JUSSIAPE (BA), 26 de maio de 2025

JOSE SANTOS LUZ

Prefeito

Prefeitura Municipal de Jussiape



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JUSSIAPE
União, respeito e trabalho

ATA Nº 007/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Extrato da Ata de Registro de Preços PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Jussiape/Bahia.

Contratante:

Prefeitura Municipal de JUSSIAPE-ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 13.674.148 / 0001 - 53, com sede na Praça 09 de Julho, Nº 167 – Bairro Centro – Cidade de JUSSIAPE – ESTADO DA BAHIA.

Contratada:

DOC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 57.836.642/0001-42, sede na Rua Jose Pau Darco, nº 133, Caiçara, Guanambi, BA, CEP 46.430-000. com os lotes: 6 no valor total de R\$ 80.753,36 (oitenta mil e setecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 12 meses.

Jussiape, 26 de maio de 2025.

SILVIA CARLA LUZ SOUZA
Secretaria Municipal de Saúde

JOSE SANTOS LUZ
Prefeito

Prefeitura Municipal de Jussiape



ATA Nº 008/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Extrato da Ata de Registro de Preços do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Jussiape/Bahia.

Contratante:

Prefeitura Municipal de JUSSIAPE-ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 13.674.148 / 0001 - 53, com sede na Praça 09 de Julho, Nº 167 – Bairro Centro – Cidade de JUSSIAPE – ESTADO DA BAHIA.

Contratada:

MEDISIL MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 96.827.563/0001-27, sede na Rua Bolivia, 223*Galpão 02 outros, quadra P, Salvador Bahia, com os lotes: 2, 5 no valor total de R\$ 258.854,00 (duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: 12 meses.

Jussiape, 26 de maio de 2025.

SILVIA CARLA LUZ SOUZA
Secretaria Municipal de Saúde

JOSE SANTOS LUZ
Prefeito

Prefeitura Municipal de Jussiape



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JUSSIAPE
União, respeito e trabalho

ATA Nº 009/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Extrato da Ata de Registro de Preços do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Jussiape/Bahia.

Contratante:

Prefeitura Municipal de JUSSIAPE-ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 13.674.148 / 0001 - 53, com sede na Praça 09 de Julho, Nº 167 – Bairro Centro – Cidade de JUSSIAPE – ESTADO DA BAHIA.

Contratada:

OKEY MED DIST. MED. HOSP. ODONT. LTDA, CNPJ: 11.311.773/0001-05, com sede na Rodovia BR 101, S/N, KM 510 Bairro: Jaçanã, 45.608-750, Itabuna-Bahia, com os lotes: 1, 3, 4 no valor total de R\$ 652.184,51 (seiscentos e cinquenta e dois mil e cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 12 meses.

Jussiape, 26 de maio de 2025.

SILVIA CARLA LUZ SOUZA
Secretaria Municipal de Saúde

JOSE SANTOS LUZ
Prefeito